

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO (VIDEOCONFERÊNCIA)

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
09/12/2021	Início	09h00	Término	12h25	Google Meet	Weslei Maycon Maltezo

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO (PAUTA)

- Abertura: Palavras da Presidente;
- Resultados Metas Nacionais até novembro de 2021;
- Metas para 2022;
- Situação das metas no Plano Estratégico Participativo 2021-2026;
- Perspectivas sobre o modelo de expediente digital implantado;
- Boas práticas para superar os desafios da pandemia e sua relação com a motivação no ambiente de trabalho.

3. PARTICIPANTES

	Nomes	Cargo/Lotação
1	Maria Cesarineide de Souza Lima	Desembargadora Presidente
2	Soneane Raquel Dias Loura	Juíza de Execução e da Corregedoria Regional
3	Maria Aparecida Rodrigues	Secretária Geral da Presidência
4	Maria José Correia	Secretária da Secretaria de Apoio ao Conhecimento, à Liquidação e à Execução
5	Carla Cristina Dantas Lima	Assessora Administrativa da Presidência
6	Celso Gomes	Secretário de Comunicação Social e Eventos Institucionais
7	Herbert Rodrigues Lopes	Secretário da Corregedoria Regional em substituição
8	Frank Luz de Freitas	Secretário de Gestão de Pessoas
9	Rodrigo Araújo da Silva	Chefe do Núcleo de Licitações e Contratos
10	Lélio Lopes Ferreira Junior	Secretário Judiciário de 1º Grau
11	Weslei Maycon Maltezo	Secretário de Gestão Estratégica
12	Romário Nunes Thaddeu	Diretor-Geral
13	Robert Armando Rosa	Secretário SETIC
14	Edson Furtado Alves Júnior	Secretaria de Controle Interno e Auditoria
15	Raimundo José Zacarias da Costa	Secretário de Orçamento e Finanças
16	George Alessandro Gonçalves Braga	Secretário Administrativo
17	Carla Cristina Dantas Lima	Assessoria Administrativa da Presidência

18	Hely Calixto da Cruz	Coordenador de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança
19	Jessica Jevanny Rocha Goes dos Santos	Coordenadora de Assistência à Saúde
20	Carlos Henrique dos Reis	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
21	Liduína Maria das Chagas Landim	Secretário-Executivo da Escola Judicial
22	Marinaldo Vaz de Souto Araújo Mendes	Assistente SGE
23	Frederico Alves Rangel	Psicólogo/CAS
24	Cristiane Bastos Lopes	Chefe da Seção de Estatística
25	Iverson Alves Pequeno	Núcleo de Protocolo Único e Distribuição de Feitos
26	Maria Eliana Cardoso de Souza	Núcleo de Protocolo Único e Distribuição de Feitos

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima fez a abertura da 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2021, enaltecendo o trabalho de todos e todas pela conquista do resultado Ouro na categoria Justiça do Trabalho na edição do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

Por outro lado, reconheceu as dificuldades nos últimos dois anos, mas que dotado de um espírito resiliente e certo de poder encontrar soluções inovadoras, o Regional instituiu o TRT Digital, com base na política de incentivo do CNJ à Justiça 4.0 e em complemento das medidas de sucesso já criadas em 2020. A presidente acrescentou que a partir de agora, as Varas do Trabalho, Gabinetes e Unidades Administrativas não necessariamente precisam de estruturas físicas para exercerem suas atividades de modo rotineiro. Lembrou uma frase do Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luiz Fux, que “na atual conjuntura, os tribunais não podem ser apenas mais um prédio físico. Inovamos para ser uma estrutura de serviços digitais, voltada a toda a sociedade.” Destacou ainda que mesmo diante das conquistas, muita coisa pode ser aprimorada e essa será tarefa para o ano vindouro.

Na sequência, o secretário de gestão estratégia, Weslei Maycon Maltezo, discorreu sobre as metas de 2021, argumentando que as metas atingidas até o mês de novembro são a meta 1 (julgar mais processos que recebidos, atingida no momento pela cláusula de barreira), a meta 2 (julgar os processos mais antigos) e 5 (taxa de congestionamento líquida). A meta 11 (processos eletrônicos) está bem próxima de ser atingida, sendo que

no dia de hoje faltam apenas 9 processos a serem convertidos para atingir 100% de desempenho. Já a meta 3 (conciliação) é a única que realmente não deve ser atendida no ano de 2021, uma vez que a meta da cláusula de barreira é de 40% e estamos com um índice de conciliação de 31,76% até novembro de 2021.

A meta administrativa 9 (Integrar a agenda 2030 ao Poder Judiciário) está com um percentual de cumprimento de 84,75% até setembro de 2021 e a meta 10 (Saúde de magistrados e servidores) já têm 100% de cumprimento.

Também foi comparado o desempenho das metas judiciais em nov/21 com nov/20, sendo que o desempenho foi bem próximo nos 2 anos para as metas comparáveis.

Sobre as metas para 2022, fez a apresentação delas destacando os desafios para o ano seguinte.

O assistente da SGE, Marinaldo Vaz de Souto Araújo Mendes, apresentou a ferramenta do novo Sigest, na qual foram lançadas somente as metas nacionais, os seus respectivos indicadores e objetivos estratégicos, aprovados no PEP 2021-2026. Destacou que, por enquanto, estão pendentes de cadastramento na nova ferramenta os indicadores que não fazem parte das metas nacionais. Esses indicadores dependem da definição de glossário pelo CSJT em comum acordo com os regionais. Lembrou que compõem o processo de planejamento estratégico o planejamento em si, seguido pela implementação do plano, monitoramento e avaliação e, que em relação ao PEP 2021-2026, somente no último mês de novembro foi possível iniciar o monitoramento pelas metas nacionais após a realização de treinamento no novo Sigest pelo CSJT para todos os tribunais, não sendo possível ainda se falar em avaliação do PEP por ausência de ficha de glossários para a maioria dos indicadores que compõem o plano.

Abriu-se espaço, na reunião, para os gestores abordarem temas como o expediente digital após a mudança de fase para o presencial; conclusão dos trabalhos para a implantação do *coworking*, o cumprimento de norma interna com relação à entrada de pessoas nos prédios da Justiça do Trabalho, entre outros. O secretário de Gestão de Pessoas, Frank Luz de Freitas, explanou sobre o retorno das atividades presenciais, a partir de 7 de janeiro de 2022, devendo manter o trabalho remoto as unidades que aderiram ao modelo digital, que exigirá acesso às ferramentas tecnológicas, e horário de trabalho definido. Da mesma forma, se manterão as regras do teletrabalho, sem limite de

contingente mínimo. Em relação aos servidores em estágio probatório terão que esperar um ano de exercício para solicitar o teletrabalho, enquanto que para o expediente digital ainda está sendo avaliada a possibilidade desses servidores se manterem trabalhando à distância.

O secretário da Setic, Robert Armando Rosa, anunciou que o *Coworking* foi instalado na sede do Tribunal e já pode ser utilizado. Em relação ao sistema de acompanhamento de produtividade, por meio de *logs* de acesso, informou que esta será uma ferramenta auxiliar para consultas, não sendo possível ser uma ferramenta de registro de atividade para fins de frequência e produtividade.

O coordenador da CSILS, Hely Calixto, informou sobre a necessidade de apresentar cartão de vacinação com as doses completas, a partir de 15 dias da segunda dose, para ter acesso às instalações do tribunal a partir da implementação da fase verde, ou constar o nome no cadastro da Coordenadoria de Assistência à Saúde. Para usuários externos com acesso rápido nas instalações do tribunal, será exigida a comprovação de pelo menos uma dose da vacina contra Covid-19.

Foi abordada a importância dos gestores de conscientizar os servidores para estarem sempre logados no chat, com e-mail aberto. Da mesma forma, o balcão virtual exige que os servidores estejam com a câmera aberta, para simular o atendimento presencial. Essa obrigatoriedade será reforçada com visitas e novos expedientes.

O Coordenador da Coordenadoria de Licitações e Contratos, Rodrigo Araújo da Silva, explanou acerca da boa prática do seu setor sobre a criação de uma sala pelo google chat para resolver questões relacionadas aos processos de contratação antes de formalizar as informações e encaminhar para o setor competente. A iniciativa possibilita que as partes interessadas trabalhem simultaneamente em documentos compartilhados pelo *google docs*, de modo que todas as informações, dúvidas e decisões são resolvidas, evitando retrabalho e encurtando os prazos do processo, gerando ainda economia nas contratações. A medida é uma forma de reduzir tempo e burocracia, bem como promover economia de recursos públicos.

O Secretário Administrativo George Alessandro Gonçalves Braga falou da importância do trabalho em equipe, utilizando as ferramentas tecnológicas e inovação, e que não pode dispensar o planejamento nem mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia.

O Analista Judiciário, Especialidade Psicologia, Frederico Alves Rangel, comentou que a boa prática apresentada impacta diretamente no aspecto motivacional das equipes de trabalho envolvidas. Destacou que as inovações normalmente são coisas simples e que estão à disposição de todos, e que nem sempre são percebidas, mas que, na verdade, quando colocadas em prática geram impactos positivos, porque a pessoa perceberá o resultado do seu trabalho e trabalhará muito mais motivada, com o sentimento de pertencimento em relação aos resultados alcançados.

A 3ª RAE foi encerrada pela Presidente, Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, que voltou a destacar a importância do capital humano para a criação de inovações e aperfeiçoamento das novas formas de trabalho e de colocar a justiça como um serviço à disposição do cidadão, todo tempo e em qualquer lugar, de modo que o desafio para 2022 será investir mais em tecnologia e treinamento para melhor atender ao jurisdicionado. Por fim, foi exibido um vídeo de orientação para o novo trabalho presencial a partir do dia 7 de janeiro de 2022.

Foram assumidos os seguintes compromissos:

	Compromissos	Responsável pela implementação	Data limite
1	Estabelecer planos de ação em relação ao cumprimento das metas nacionais para 2022	Gestores de metas nacionais	31/01/2022
2	Estabelecer planos de contribuição setoriais para a execução do PEP 2021-2026	Gestores de metas do PEP	31/01/2022
3	Definir critérios e procedimentos de utilização do <i>coworking</i> e protocolos de uso do balcão virtual	SGP/SGE/SGEP/SACLE/SJ1	31/01/2022
4	Instalar balcão virtual na recepção do tribunal e dos fóruns trabalhistas e realizar capacitação aos atendentes, devendo funcionar a partir do dia 7/1/2022	SETIC/SACLE/DIRETORES DOS FÓRUNS	31/01/2022
5	Levantar a quantidade diária de atendimento presencial nas unidades físicas do Regional (sede, fóruns e varas), para subsidiar a tomada de decisões	Unidades intervenientes	28/02/2022

6	Registrar no Escritório de Projetos do TRT da 14ª Região, a boa prática, identificada e realizada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, para fins de controle e replicação em outras unidades do Regional	Rodrigo Araújo da Silva	31/01/2022
---	---	-------------------------	------------

5. FECHAMENTO DA ATA

Data da ata	Assinatura do relator
09/12/2021	Weslei Maycon Maltezo Secretário de Gestão Estratégica